

RESOLUÇÃO SOBRE A TÁTICA ELEITORAL EM MINAS GERAIS

PARTIDO DOS TRABALHADORES DE MINAS GERAIS

O Brasil vivencia novamente um momento decisivo de sua história, marcado pela disputa entre dois projetos opostos de país. De um lado, está o projeto vitorioso, soberano e popular, capaz de expressar e liderar as aspirações democráticas da maioria do povo brasileiro. De outro, um projeto de radicalização autoritária, destruição institucional, submissão aos interesses do imperialismo e aprofundamento da corrupção — como revelam os escândalos do INSS, do Banco Master e a rede de favorecimentos que envolve o bolsonarismo — além de fome, miséria e morte. O primeiro projeto tem no Presidente Lula, no Partido dos Trabalhadores, nos partidos democráticos e nos movimentos sociais seus principais representantes. O segundo atende aos interesses da família Bolsonaro e de seus aliados.

É fundamental destacar o caráter estrutural, civilizatório e profundamente democrático da aprovação da PEC 221/2019 (Fim da Escala 6x1), em 1º e 2º turnos na Câmara Federal, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e conquistada com o firme apoio do governo Lula. Trata-se de uma conquista histórica que rompe com décadas de exploração e garante a redução da jornada de trabalho sem redução de salários para mais de 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras ainda submetidos ao regime exaustivo de escala 6x1. Em um país onde o tempo de vida da classe trabalhadora sempre foi tratado como recurso descartável, a PEC 221 afirma um novo pacto: trabalhar menos para viver melhor, com saúde, dignidade e direito ao convívio familiar!

A decisão do governo de Donald Trump de incluir o PCC e o Comando Vermelho na lista de organizações terroristas dos Estados Unidos constitui uma grave afronta à soberania nacional brasileira e mais um episódio da histórica política de ingerência norte-americana sobre os países da América Latina. Sob o pretexto do combate ao crime organizado, o governo estadunidense busca criar instrumentos de pressão política, econômica e diplomática sobre o Brasil, abrindo caminho para intervenções indevidas em assuntos que dizem respeito exclusivamente ao povo brasileiro e às suas instituições. Essa ofensiva conta

com a cumplicidade de setores da extrema direita brasileira e do bolsonarismo, que mais uma vez demonstram sua disposição de colocar interesses estrangeiros acima dos interesses do povo e da nação, atuando como agentes de desestabilização política e de ataque à democracia brasileira. Relembrando que o governo Bolsonaro teve longos 4 anos para adotar tal medida, e não o fez. O enfrentamento ao terror imposto pelo PCC, pelo Comando Vermelho, pelas milícias nas comunidades e territórios, tem avançado com investimentos robustos em inteligência, tecnologia e reforço policial, além da implementação de um novo marco legal, como a Lei Antifacção, que endurece o combate às organizações criminosas em todo o país, com penas que chegam a 80 anos de prisão.

Nos últimos dias, tornou-se impossível ignorar a verdade: a família Bolsonaro e seus aliados estão no centro — não na periferia — de uma máquina de corrupção que operou por anos sob sua proteção. O escândalo do Banco Master, a fraude no INSS e a rede de favorecimentos exposta pela Polícia Federal são apenas partes visíveis de uma estrutura criminosa que financiou campanhas, sustentou privilégios e enriqueceu o entorno bolsonarista enquanto o povo era mergulhado na fome, no desemprego, na mentira e nas milhares de morte, por falta de vacina. Essa milícia político-financeira, travestida de moralismo, saqueou o Estado brasileiro com a mesma violência com que atacou a democracia. E é justamente o governo do Presidente Lula que hoje desmonta, peça por peça, essa engrenagem corrupta, garantindo investigação séria, autonomia às instituições e transparência — para que todos os envolvidos, grandes e pequenos, sejam finalmente expostos e responsabilizados diante do Brasil.

Ao longo dos últimos três anos e meio, o Brasil iniciou a reconstrução da democracia, dos direitos e das políticas públicas destruídas pelo governo Bolsonaro. Da saúde à segurança alimentar, da educação aos direitos trabalhistas, da segurança pública às políticas para as mulheres, do desenvolvimento agrário à preservação do meio ambiente, todos os pilares do Estado brasileiro passaram a ser retomados e fortalecidos. O país saiu novamente do Mapa da Fome da ONU, alcançando os menores índices da

história de pobreza e extrema pobreza. A desigualdade caiu 4,7%, o menor nível desde 2012. 8,7 milhões de brasileiras e brasileiros deixaram a pobreza e 3,1 milhões saíram da extrema pobreza até 2023. Na educação, o salto é inequívoco. O programa Pé-de-Meia já garante permanência escolar para 5,6 milhões de jovens. As escolas de tempo integral registraram mais de 1,4 milhão de novas matrículas. No Enem, houve aumento consistente de participação: 73% dos 1,9 milhão de concluintes da rede pública confirmaram presença. E a educação infantil vive um novo ciclo de expansão: 2 mil creches tiveram obras retomadas e 1,6 mil são novas unidades — 3,6 mil creches entregues ao povo brasileiro.

Na saúde, o SUS vive seu maior ciclo de expansão desde sua criação. Em 2024 foram realizados 14 milhões de cirurgias eletivas, um salto de 37% comparado a 2022, último ano do governo Bolsonaro. Houve ainda 12 mil procedimentos em mutirões de hospitais universitários e 14 mil em ações voltadas a povos indígenas. Até 2026, serão entregues 10 mil kits de Telessaúde, 800 Unidades Odontológicas Móveis e mais de 3,7 mil ambulâncias do Samu. A rede especializada também se amplia: 192 unidades, 24 hospitais e 101 policlínicas serão entregues ainda neste ciclo.

Energia, gás e água deixaram de ser privilégios. 60 milhões de brasileiros passaram a ter energia elétrica gratuita. O programa Gás do Povo, que será enviado ao Congresso, vai beneficiar 15,5 milhões de famílias, alcançando 46 milhões de pessoas. Já o Água para Todos, dentro do PAC, é hoje uma das ações de melhor desempenho físico e financeiro, com R\$ 4,3 bilhões em investimentos. Na moradia, o Minha Casa, Minha Vida retomou o fôlego: já são 1,7 milhão de casas contratadas, 1,38 milhão entregues, e a previsão é chegar a 3 milhões até 2026.

Na economia, o Brasil voltou a crescer com soberania e projeto nacional. A abertura de 400 novos mercados para 249 produtos em 72 países ampliou nossas exportações agropecuárias em US\$ 1,73 bilhão. O governo lançou o maior Plano Safra da história, no valor de R\$ 594,4 bilhões, somado ao aumento de 47% no Pronaf, fortalecendo a agricultura familiar e a produção de alimentos — pilares fundamentais da segurança e da soberania alimentar do

país. Em agosto de 2025 — apenas dois anos após o lançamento do Novo PAC — R\$ 944,8 bilhões já haviam sido executados, o equivalente a 70,8% do total de R\$ 1,3 trilhão programado para o período de 2023 a 2026. A previsão para junho de 2026 indica que a execução chegará a R\$ 1,1 trilhão, ou 87% do previsto. Em Minas Gerais, o Novo PAC já executou R\$ 54,2 bilhões dos R\$ 90,3 bilhões previstos até 2026 — 60,1% do total. Somados aos R\$ 44,2 bilhões projetados para o pós-2026, o estado será contemplado com R\$ 134,5 bilhões em investimentos. O programa reúne 2.229 empreendimentos no estado.

Há sete anos e meio, Minas Gerais agoniza sob um governo que atrofiou deliberadamente o imenso potencial político, econômico, social, cultural e ambiental do Estado. A gestão Romeu Zema-Simões não é um acidente histórico: trata-se de um projeto consciente de desmonte, marcado pela retração brutal do investimento público, pelo abandono de políticas estruturantes e pela submissão vergonhosa dos interesses estratégicos de Minas às lógicas privadas. O resultado é um Estado paralisado: serviços essenciais em colapso, cultura invisibilizada, meio ambiente devastado, regiões cada vez mais desiguais e um modelo de desenvolvimento míope, entreguista e hostil à ciência, à universidade, ao trabalho e à soberania do povo mineiro.

A gestão Zema-Simões praticou a renúncia tributária mais irresponsável da história recente, beneficiando setores seletos e uma casta de “empresários amigos”. Entre 2019 e o final de 2025, Minas abriu mão de R\$ 125 bilhões em arrecadação! Zema levou Minas à façanha amarga de quase dobrar a dívida pública, que saltou de R\$ 114 bilhões em 2019 para mais de R\$ 201 bilhões ao fim de 2025. Nos últimos sete anos, mais de 25 categorias do funcionalismo foram empurradas à greve, porque vivem sob um modelo de gestão que congela carreiras, retira direitos, impõe metas abusivas, terceiriza tudo e transforma o trabalho público em sofrimento e precarização. A hipocrisia é gritante: enquanto ataca servidores chamando-os de privilegiados, Zema sancionou para si mesmo um aumento de 298% no salário, em plena vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

E o projeto de privatização irresponsável avança. A privatização da Copasa ameaça à vida da maioria dos mineiros, já que 637 cidades são atendidas pela empresa. A ação do Sindágua provou que o processo licitatório foi desenhado para blindar o certame e direcionar o resultado, criando barreiras de entrada abusivas que asfixiam a concorrência e favorecem oligopólios específicos, como Sabesp e Aegea. O governo Zema-Simões entregou, por 25 anos, a concessão administrativa de 95 escolas estaduais ao capital financeiro. O leilão, realizado na B3, foi vencido pelo fundo FIP IG4 BTG Pactual Health Infra, que levará R\$ 22,35 milhões mensais em contraprestação paga com dinheiro público — mais um capítulo da política de transformar educação em negócio e lucro.

A escalada da violência contra as mulheres em Minas Gerais revela o colapso da política estadual de proteção às mineiras. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 revela que uma mulher é assassinada a cada dois dias no estado; só em 2024 foram 163 feminicídios e 345 ocorrências diárias de violência doméstica, somando 125.893 casos — número que exclui a imensa parcela de agressões não registradas. A queda de 12,7% nos feminicídios contrasta com o salto de 47,11% nas tentativas, demonstrando que a violência se intensifica antes do desfecho fatal. Esses dados escancaram que a omissão do governo estadual não apenas fracassa — ela coloca vidas em risco.

Enquanto Minas convive com subnotificação crônica e incapacidade de resposta, Lula posiciona o Estado brasileiro ao lado das mulheres, garantindo punição aos agressores, proteção às vítimas e tolerância zero com qualquer forma de violência — física ou digital. O Pacto contra à violência de gênero liderado pelo Governo Lula, articulando os Poderes da União, Estados e Municípios, endureceu as penalidades para o feminicídio e sua tentativa; criou o Dia Nacional de Combate ao Feminicídio; tipificou com rigor crimes como divulgação não consentida de imagens íntimas, deepfakes sexuais; perseguição on-line e ódio digital, e ampliou a responsabilização das plataformas.

O Governo Lula também recolocou Minas Gerais no centro do desenvolvimento nacional com obras, investimentos e presença efetiva do Estado — exatamente o contrário do abandono imposto por Zema-Simões. Entre 2023 e 2025, o Novo PAC direciona mais de R\$ 137,6 bilhões para infraestrutura e equipamentos em território mineiro, movimentando a economia, gerando empregos e retomando obras que estavam paradas há anos. Na educação, o investimento federal é histórico: R\$ 1,47 bilhão para construir e concluir creches e escolas da Educação Básica até 2027, além de mais de R\$ 1 bilhão no Ensino Superior e Técnico, com 8 novos Institutos Federais e R\$ 711,2 milhões para fortalecer as universidades federais mineiras.

No transporte e logística, são mais de R\$ 100 bilhões, sendo R\$ 62,5 bilhões em rodovias e R\$ 38 bilhões em ferrovias, com a retomada de mais de 300 obras espalhadas por todo o Estado. Entre elas, a concessão da BR-135, obras cruciais nas BRs 367, 262, 356 e 265, e a transformação do eixo estratégico da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, com R\$ 9 bilhões em duplicações, pontes e viadutos. No trecho BH-Caeté, o DNIT adiciona mais R\$ 903 milhões, enquanto o conjunto das BRs 116 e 251 (Rota das Gerais) terá R\$7,3 bilhões para modernização de 735 km essenciais para o Leste, Nordeste e Norte de Minas.

No final de abril de 2026, o PT realizou seu 8º Congresso Nacional, um marco político que consolidou a unidade partidária e atualizou o projeto transformador para o país. Nesse encontro, foram aprovados o Manifesto ao Povo Brasileiro e as Diretrizes do Programa de Governo, documentos que apontam para um Brasil do Bem-Viver: um país com desenvolvimento soberano, justiça social, participação popular, reconstrução do Estado e ampliação dos direitos para a maioria do povo. Esse horizonte só se tornará plenamente possível com a reeleição do Presidente Lula, garantindo a continuidade das políticas que tiraram o Brasil do mapa da fome, recuperaram a economia e devolveram dignidade ao povo.

Assim como no país, o cenário eleitoral em Minas Gerais caminha para uma polarização nítida entre dois projetos: de um lado, o campo progressista, alinhado ao Presidente Lula e comprometido com a reconstrução nacional; do

outro, a extrema-direita bolsonarista, enfraquecida por escândalos e contradições internas. A extrema direita mineira, encontra-se dividida entre a candidatura de continuidade do atual governador — co-responsável pelo maior ciclo de abandono dos serviços públicos do estado — e outro nome mais diretamente subordinado ao bolsonarismo.

A direção do PT de Minas Gerais aguardava, até então, o posicionamento do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Seu nome foi apresentado e defendido pelo presidente Lula como alternativa para liderar o conjunto das forças partidárias e sociais em Minas e o projeto de reconstrução do estado. No entanto, com a negativa ao convite do Presidente Lula, e a consequente saída de Pacheco da disputa ao Governo de Minas, como já anunciado pelo presidente nacional do PT, Edinho Silva e pelo próprio Senador, faz-se necessário a construção de um outro caminho para garantir a vitória do Presidente Lula e a reconstrução do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, considerando os diversos quadros qualificados que o PT de Minas possui, é inadmissível que, em pleno maio de 2026, ainda estejamos esperando por nomes externos ao partido para liderar nosso projeto de transformação no estado. Essa indefinição só fortalece nossos adversários e enfraquece o campo democrático. Nesse sentido, a direção estadual do PT de Minas Gerais decide abrir imediatamente o debate interno para a construção de uma candidatura própria ao Governo do Estado, preservando o diálogo com os partidos do campo progressista. Fica delegado ao GTE Estadual, em diálogo com o GTE Nacional, o papel de iniciar as consultas aos nomes e conduzir esse processo, em articulação com a Comissão Executiva Estadual, conforme deliberação do Diretório Estadual de 19 de maio deste ano.

Entendemos que a apresentação de uma candidatura própria do PT — construída em unidade com os partidos da Federação, em diálogo permanente com os movimentos sociais, sindicais e articulada à liderança do Presidente Lula — é o melhor caminho para ampliar o debate e envolvimento de nossa militância e consolidar um verdadeiro projeto de reconstrução para Minas Gerais. Nossa tática eleitoral deve ter como eixo central a reeleição do Presidente Lula, a eleição de Marília Campos ao Senado Federal e a

ampliação de nossas bancadas Estadual e Federal, fortalecendo o campo democrático e enfrentando, com firmeza, a extrema direita no estado.

Reiteramos que esse debate será feito de maneira ampla com nossa militância, começando com a realização do **Seminário Lula pelas Minas e pelos Gerais**, que acontece sábado, dia 30 de maio, no Sindicato dos Metalúrgicos, em Contagem, e que reunirá representantes dos diversos movimentos sociais, sindicais e partidário, vindos de todas as regiões do estado. Mas também em diálogo com os partidos da base de apoio do presidente Lula, a fim de garantir, mais uma vez, a sua vitória em Minas Gerais, fator decisivo, como sabemos, para sua vitória no Brasil.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2026

Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais